



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 19515.001774/2009-22  
**Recurso nº** 19.515.001774200922Voluntário  
**Resolução nº** **2803-000.248 – 3ª Turma Especial**  
**Data** 17 de julho de 2014  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator, para que a autoridade preparadora providencie a informação e junte aos autos o seguinte: a) os Discriminativo Analítico do Débito, Discriminativo Sintético do Débito, Relatório de Apropriação de Documentos Apresentados referentes ao lançamento objeto do presente processo contencioso; b) se houve e quais foram os pagamentos de contribuições previdenciárias referentes às competências de janeiro a maio de 2004, incluindo os valores pagos, datas e respectivas GPS. Após o cumprimento da diligência, que a contribuinte seja intimada, para manifestar-se, no prazo de 30(trinta) dias, assim, retornando os autos à apreciação.

*(Assinado digitalmente)*

Helton Carlos Praia de Lima - Presidente.

*(Assinado digitalmente)*

Gustavo Vettorato - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Helton Carlos Praia de Lima (presidente), Gustavo Vettorato (vice-presidente), Eduardo de Oliveira, Natanael Vieira dos Santos, Oséas Coimbra Júnior, Amilcar Barca Teixeira Júnior.

Processo nº 19515.001774/2009-22  
Resolução nº **2803-000.248**

**S2-TE03**  
Fl. 147

---

### **Relatório**

O presente recurso voluntário busca a reforma da decisão que manteve o lançamento do AI — Auto de Infração Debcad nº 37.222.249-8, cientificado em 28/05/2009, de contribuições devidas a Outras Entidades e Fundos — Terceiros, abrangendo o período de 01/2004 a 12/2004, apurado pelas diferenças entre Folhas de Pagamento, GFIP e pagamentos.

O recurso voluntário apresentado tempestivamente, alega: conexão com ou decadência em razão do art. 150, §4º, do CTN, duplicidade de lançamento com o LCD n. 37.109.857-2, pedido de diligência, não incidência de multa.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Gustavo Vettorato

I - O recurso foi apresentado tempestivamente, conforme supra relatado, atendido os pressupostos de admissibilidade, assim deve o mesmo ser conhecido.

II – Atenta-se que os autos não vieram acompanhados, de forma a serem visualizados nos presentes autos o Discriminativo Analítico do Débito, Discriminativo Sintético do Débito, Relatório de Apropriação de Documentos Apresentados, pois foram entregues à contribuinte de forma digital.

III – Observando a necessidade de observância da aplicação do art. 150, §4º, do CTN, quando à decadência, bem como à Súmula 99 do CARF:

*Súmula CARF nº 99: Para fins de aplicação da regra decadencial prevista no art. 150, § 4º, do CTN, para as contribuições previdenciárias, caracteriza pagamento antecipado o recolhimento, ainda que parcial, do valor considerado como devido pelo contribuinte na competência do fato gerador a que se referir a autuação, mesmo que não tenha sido incluída, na base de cálculo deste recolhimento, parcela relativa a rubrica especificamente exigida no auto de infração.*

IV – Cumulando-se com os princípios da verdade material, deve-se obter maiores informações se há qualquer efetivos pagamentos de qualquer contribuições previdenciárias referentes às competências de 01 à 05 de 2004. Como os relatórios que, geralmente, ajudam nessa averiguação não se encontram impressos aos presentes autos, deve-se obter tais informações em diligência.

V – Isso posto, voto por converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora providencie a informação e junte aos autos o seguinte:

a) os Discriminativo Analítico do Débito, Discriminativo Sintético do Débito, Relatório de Apropriação de Documentos Apresentados referentes ao lançamento objeto do presente processo contencioso;

b) se houve e quais foram os pagamentos de contribuições previdenciárias referentes às competências de janeiro a maio de 2004, incluindo os valores pagos, dados e respectivas GPS.

Após o cumprimento da diligência, que a contribuinte seja intimada, para manifestar-se, no prazo de 30(trinta) dias, assim, retornando os autos à apreciação.

(Assinado Digitalmente)

Gustavo Vettorato - Relator